



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

**REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2011
(dos Srs. Vanderlei Macris e Duarte Nogueira)**

Solicita seja convocado o Sr. **Paulo Bernardo**, Ministro de Estado das Comunicações, para prestar esclarecimentos sobre utilização de aeronave de empresa beneficiada com diversos contratos com o Poder Público federal.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para que seja convocado o Sr. Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, para prestar esclarecimentos sobre utilização de aeronave de empresa beneficiada com diversos contratos com o Poder Público Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A Revista “Época” de 22 de agosto de 2011 publicou reportagem intitulada “Por que ele não responde?”, em que noticia a recusa do Ministro Paulo Bernardo a prestar informações sobre a utilização de aeronave de empreiteira beneficiada com diversos contratos com o Poder Público Federal.

Segundo a reportagem, durante o período em que exerceu o cargo de Ministro de Estado, Paulo Bernardo valeu-se de avião particular para suas viagens. A aeronave modelo King Air, matrícula PR-AJT seria de propriedade da empresa “Sanches Tripoli”, beneficiária de diversos contratos



com a União, além de ter feito doações expressivas para a campanha da Ministra Gleisi Hoffmann ao Senado Federal.

É o teor da referida reportagem, transcrito na íntegra:

“Por que ele não responde?”

O ministro Paulo Bernardo foge de pergunta sobre o uso de avião de empreiteira que faz obras públicas e financiou campanha da mulher, Gleisi Hoffmann

Andrei Meireles e Marcelo Rocha Com Isabel Clemente e Leandro Loyola

O préstimo de aviões particulares para autoridades há tempos faz parte do amplo cardápio de relações promíscuas entre o poder público e o setor privado no país. Mas apenas recentemente esse tipo de conduta começou a ganhar ares de escândalo. Em junho, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, mergulhou em um inferno astral quando foi revelado, após uma tragédia aérea, que ele costumava viajar em aviões de empresários com grandes contratos com seu governo. Na semana passada, um dos motivos da demissão do ministro da Agricultura, Wagner Rossi, foi a divulgação de que ele viajou em um jatinho de uma empresa beneficiada por decisões do ministério.

ÉPOCA perguntou a 30 ministros da presidente Dilma se eles já viajaram em algum jato particular desde que assumiram seus cargos. Dos contactados, 28 responderam prontamente que não. O ministro dos Transportes, Paulo Passos, informou que já teve de usar aviões particulares para vistoriar obras de sua pasta localizadas em áreas remotas, aonde aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) não tinham como chegar. O ministro das Cidades, Mario Negromonte, deputado federal eleito pela Bahia, disse que freta, por sua conta, aviões particulares para chegar a determinadas cidades de sua base eleitoral.

A presteza desses ministros contrasta com o comportamento do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Por quatro vezes nos últimos 40 dias, ÉPOCA perguntou a Paulo Bernardo sobre suas eventuais viagens em um avião particular quando exercia o cargo de ministro do Planejamento no governo Lula. Trata-se do King Air, matrícula PR-AJT, que pertence ao empresário Paulo Francisco Tripoloni, dono da construtora Sanches Tripoloni. Em nenhuma dessas ocasiões, Bernardo respondeu à pergunta.

A indagação tem duas razões. Um parlamentar que integra a base de apoio do governo Dilma no Congresso relatou a ÉPOCA que viu Paulo Bernardo embarcar no ano passado no avião da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

construtora Sanches Tripoloni em um terminal do Aeroporto de Brasília, usado por empresas que operam aviões particulares. Outro parlamentar, de oposição ao governo, também afirmou que a chefe da Casa Civil da Presidência da República, a ministra Gleisi Hoffmann, mulher de Paulo Bernardo, usou o avião em sua pré-campanha ao Senado Federal pelo Paraná. Na ocasião, Gleisi era presidente regional do PT e não ocupava cargo público. Bernardo era simplesmente o responsável pelo Orçamento da União e por definir as verbas para obras públicas.

Como ministro do Planejamento, Paulo Bernardo mostrou um empenho especial na construção do Contorno Norte de Maringá, no Paraná – uma obra tocada pela empreiteira Sanches Tripoloni, que já custa o dobro de seu preço original. Inicialmente, Bernardo ajudou a liberar verbas para a obra, destinadas por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União. Depois, Bernardo conseguiu incluir a construção do contorno no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que livrava o empreendimento da dependência de emendas parlamentares, sempre sujeitas a contingenciamentos e cortes orçamentários. Em junho de 2010, Paulo Bernardo convenceu o então presidente Lula a assinar um decreto incluindo o anel rodoviário de Maringá num regime especial no PAC. No mundo das acirradas disputas por verbas em Brasília, o regime especial equivale a um passe de mágica: assegura transferências obrigatórias de dinheiro público para o empreendimento.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), há problemas graves na obra em Maringá, como superfaturamento de preços pela construtora Sanches Tripoloni. A empreiteira não deixou, porém, de receber dinheiro público, mesmo depois de ter sido declarada “inidônea” pelo TCU em 2009 por causa de outra obra no Paraná: a construção do contorno rodoviário de Foz do Iguaçu. A construtora Sanches Tripoloni é hoje uma das empreiteiras que mais recebem verbas públicas. No ano passado, ela recebeu R\$ 267 milhões do governo federal. Sua ascensão é recente. Em 2006, por causa da má situação financeira da empresa, seus sócios chegaram a registrar uma redução de capital.

Na campanha eleitoral de 2010, a empreiteira e seus donos fizeram doações de R\$ 7 milhões, especialmente para o PR, que comandava o Ministério dos Transportes, e o PT. No Paraná, eles doaram R\$ 510 mil para a campanha da ministra Gleisi Hoffmann ao Senado. O deputado estadual Ênio Verri, do PT do Paraná, que foi chefe de gabinete de Paulo Bernardo no Ministério do Planejamento, também foi beneficiado por uma doação.

A recusa de Paulo Bernardo em falar sobre o eventual uso do avião da Sanches Tripoloni deixa várias dúvidas no ar. Se ele não fez nada que pudesse ser caracterizado como um conflito de interesses, bastaria ter adotado o mesmo pro-cedimento de seus colegas de governo Dilma Rousseff e respondido à pergunta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Como não responde, levanta-se a suspeita de que Paulo Bernardo tenha algum tipo de dificuldade para explicar suas relações com a construtora Sanches Tripoloni. Em ambos os casos, o comportamento do ministro pode se demonstrar inadequado, além de inútil. Nos próximos dias, parlamentares de oposição encaminharão à Mesa da Câmara um pedido de informação sobre quem viajou no avião PR-AJT desde que ele foi comprado pela empreiteira, em abril de 2009 – e a identidade dos passageiros do King Air poderá ser conhecida.

ÉPOCA também perguntou à ministra Gleisi Hoffmann se ela viajou no avião da Sanches Tripoloni nos últimos três anos. Até o fechamento da edição, ela mantinha, como o marido, silêncio absoluto sobre o assunto. Questionada se o avião da empreiteira transportou Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann, a Sanches Tripoloni disse que “não tem conhecimento sobre o transporte das autoridades em questão”.

Em resposta, o Ministério das Comunicações publicou “Nota de Esclarecimento”, em 22 de agosto de 2011, em que confessa ter utilizado aviões particulares no período indicado na reportagem, mas nega que tenha concedido quaisquer vantagens a seus proprietários. Segundo a nota, os aviões teriam sido fretados por ocasião da campanha eleitoral e não teriam relação com a atuação do representado no Ministério do Planejamento.

Eis o teor da nota publicada no sítio virtual do Ministério das Comunicações:

“MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Além de totalmente inverídicas, são de grande irresponsabilidade as ilações que tentam fazer sobre meu comportamento como Ministro de Estado e o uso de aeronaves particulares. Esclareço que jamais solicitei ou me foi oferecido qualquer meio de transporte privado em troca de vantagem na administração pública federal.

Em 2010, quando era Ministro do Planejamento, participei, nos fins de semana, feriados e férias, da campanha eleitoral do meu Estado, Paraná. Para isso, utilizávamos aviões fretados pela campanha, o que incluiu aeronaves de várias empresas, que receberam pagamento pelo serviço. Não tenho, porém, condições



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de lembrar e especificar prefixos e tipos, ou proprietários, dos aviões nas quais voei no período.

Não existe relação entre o exercício do cargo de Ministro do Planejamento e fatos decorrentes da execução de obras públicas no estado do Paraná. Como deputado federal paranaense, nos anos 2003 e 2004, e a pedido do então Prefeito de Maringá, Sílvio Barros, reconhecendo a importância da obra para o Estado, nos empenhamos para obter recursos, através de emenda de bancada.

O Contorno de Maringá foi incluído no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento porque preenchia todos os critérios, como importância do projeto para a economia local e para a população. Defendi a inclusão do Contorno de Maringá no PAC, assim como de outras obras prioritárias em outras regiões do país, por uma razão simples: eram importantes para o desenvolvimento daqueles Estados, não porque iriam beneficiar esta ou aquela construtora.

REVISTA ÉPOCA

A Revista Época fez nos últimos dois meses, quatro matérias em que cita a mim ou à Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman, com insinuações indevidas, algumas de forma absolutamente gratuita, sem me ouvir, como foi o caso da publicada na edição de 20 de junho de 2011, sob o título “Do Pantanal para Campinas”.

Este fato contraria os Princípios Editoriais das Organizações Globo que diz, na seção 2: “correção é aquilo que dá credibilidade ao trabalho jornalístico: nada mais danoso para a reputação de um veículo do que uma reportagem errada ou uma análise feita a partir de dados equivocados”.

Eu fui citado ao lado de uma grande foto, numa matéria totalmente alheia a mim, apenas porque deveria ser uma testemunha a ser ouvida.

Como se não bastasse, seguiram mais três novas matérias: “Os ministros indesejados”, publicada na edição de 10 de julho de 2011 ; “Mudar para ficar tudo igual”, edição de 17 de julho de 2011 e a desta semana “Por que ele não responde?”.

Tanto na matéria “Os Ministros Indesejados” como em “Mudar para ficar tudo igual”, segue um jogo de palavras, sem uma única fonte, com insinuações, sem nenhuma comprovação, expondo um ato legítimo de lutar por recursos para uma obra importante para o Estado, com malfeitos e desvios.

Novamente a Revista contraria outro item importante dos Princípios Editoriais das Organizações Globo que diz no item w da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Seção 1: “denúncia anônima não é notícia; é pauta, mesmo se a fonte for uma autoridade pública: a denúncia deve ser investigada à exaustão antes de ser publicada.”

E por fim, quando, por causa dos antecedentes e insinuações colocados pelas reportagens anteriores, julguei desnecessário atender à reportagem da Revista Época, sou surpreendido com a matéria “Por que ele não responde?”, com novas insinuações sobre o uso de aeronaves particulares durante o ano de 2010.

De novo, a Revista contraria aqui os Princípios das Organizações Globo, no item e, da Seção I de que “ninguém pode ser perseguido por se recusar a participar de uma reportagem”.

Quero destacar que estou e sempre estive à disposição do Congresso Nacional para a prestação de quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Defendo, como sempre defendi, o máximo de transparência na utilização do dinheiro público. Considero este o meu dever e minha responsabilidade política.

Brasília, 22 de agosto de 2011

Paulo Bernardo Silva
Ministro das Comunicações”

A convocação que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos e cumprimento das nossas atribuições constitucionais.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 2011

Deputado VANDERLEI MACRIS
PSDB/SP

Deputado DUARTE NOGUEIRA
PSDB/SP